

Exmo. Sr. Primeiro-Ministro

M.I. Dr. António Costa

Correspondência remetida via:

- **Correio eletrónico:** gabinete.pm@pm.gov.pt
- **Correio registado c/ aviso de receção**

STSS/LX/LD/1201

Prc. N/

Lisboa, 17 de Outubro de 2022

Assunto: Atualização da remuneração base na carreira geral de técnico superior na Administração Pública. Carreira especial dos Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica (TSDT).

Excelência,

Vem, o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, legítimos representantes dos TSDT, solicitar a V. Exa. e ao Governo, para que não seja cometida uma desigualdade no tratamento a trabalhadores na Administração Pública, pelos motivos que a seguir expomos.

Foi divulgada a proposta de atualizações remuneratórias da Administração Pública, e o acordo de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, onde se refere também a atualização do nível remuneratório de ingresso na carreira geral de Técnico Superior na Administração Pública, que passa a ser o nível 16 de TRU, com a atualização em 2023 para os 1320,15€, conforme proposta apresentada pelo Governo aos Sindicatos.

Aparentemente, foram esquecidas as carreiras especiais, mormente a carreira dos TSDT que tem de ingresso o nível 15 de acordo com o Decreto – Lei n.º 25/2019, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 34/2021, que a ser verdade tal facto, esta carreira especial de nível 3 de administração pública, ficará com um “salário mínimo” na base de ingresso abaixo do valor para os Técnicos Superiores do Regime Geral na Administração Pública, algo que consideramos inaceitável.

Com efeito, impõe-se valorizar todas as carreiras e todos os trabalhadores sem distinção, justificando-se a alteração obrigatória das tabelas salariais convergindo e acompanhando a vontade política demonstrada, por V. Exa. e por vários membros do Governo.

Neste âmbito, é da competência do Primeiro-Ministro, e do Governo, tomar as decisões que permitam estabelecer normas que reflitam, e consubstanciem, efetiva valorização e recuperação dos rendimentos de todos os trabalhadores e, em particular, enverede o Governo por uma política remuneratória de paridade e equidade entre todos os técnicos superiores que ingressem numa carreira de emprego público, independentemente do vínculo e do Ministério a que pertencem.

Senhor Primeiro Ministro

Neste desiderato, o Sindicato solicita que V. Exa. diligencie no sentido de as carreiras especiais, como a dos TSDT não fiquem prejudicadas, e atue junto do Ministério da Saúde com vista a que sejam encetadas negociações urgentes, em tempo, de a alteração à tabela salarial destes profissionais de saúde seja contemplada no exercício orçamental do próximo ano de 2023, assim como, o acordo de um protocolo negocial com os Sindicatos representantes dos TSDT para a resolução e negociação de várias matérias já identificadas junto da tutela, através de uma proposta de acordo de princípios e protocolo negocial, entregue a 13 de Abril de 2022, à anterior equipa do Ministério da Saúde e também reenviada ao Sr. Ministro da Saúde nos dias 13 de Setembro e 17 de Outubro de 2022. (em anexo)

Por último, referir a V. Exa. que este Sindicato, conforme já informou ao Ministro da Saúde, não pode deixar de responder, cada vez mais, à exigência dos nossos associados para a demonstração pública, de manifestação e indignação por parte dos TSDT, desenvolvendo formas de luta, caso o silêncio do Governo se mantenha perante as reivindicações dos TSDT.

Mais se disponibiliza o Sindicato para prestar esclarecimentos adicionais.

Com os melhores cumprimentos.

PI´a Direção Nacional

(Luis Dupont – Presidente da Direção Nacional do STSS)

Junta: 1 documentos

Sede: Rua Dr. Campos Monteiro, 170
4465-049 S Mamede Infesta
Telf: 22 9069170

Delegação de Lisboa: Rua Pinheiro Chagas, 101 – 1º E
1050-125 Lisboa
Telf: 21 3192950

Delegação da Madeira: Rua Fernão Ornelas
nº 42 – 2º Esq 9050-514 Funchal
Telf: 964008921